

Do mal totalitário ao ensino de arte: violência institucional promovida pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

*From totalitarian evil to the teaching of art:
institutional violence promoted by the Ministry of
the Woman, Family and Human Rights*

*Del mal totalitario a la educación artística:
la violencia institucional impulsada por el Minis-
terio de la Mujer, la Familia y los Derechos
Humanos*

Tiago de Brito Cruvinel

Instituto Federal de Minas Gerais

E-mail tiago.cruvinel@ifmg.edu.br:

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1808-0753>

RESUMO:

Este artigo visa analisar três produções acadêmicas, financiadas pelo governo Bolsonaro, que pretendem produzir violências institucionais contra estudantes dissidentes sexuais e desobedientes de gênero, bem como cercear a liberdade de ensinar das professoras e dos professores de arte no que diz respeito a gênero, sexualidade, raça, natureza e classe social. Conclui-se que, diante do mal totalitário, é necessário entender como a extrema direita tem articulado suas políticas educacionais, de modo a criar uma frente de resistência cada vez mais forte. Além disso, problematiza-se também o direito das famílias de educarem seus filhos e

CRUVINEL, Tiago de Brito. **Do mal totalitário ao ensino de arte: violência institucional promovida pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.**

PÓS: Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFMG. v. 13, n. 27, jan-abr. 2023

Disponível em: <<https://doi.org/10.35699/2237-5864.2023.41805>>

filhas a partir de valores e crenças que geram situações desumanas em sala de aula, no contexto da educação formal.

Palavras chave: *Mal totalitário. Ensino de arte. Gênero. Resistência. Bolsonaro.*

ABSTRACT:

This paper aims to analyze three academic pieces, financed by the Bolsonaro government, that seek to produce institutional violence against the sexually dissident and gender disobedient students, as well as to restrict the art teachers' liberty to teach in respect to gender, sexuality, race, nature and social class. One can conclude that, facing this totalitarian evil, it is necessary to understand the way in which the extreme right has been articulating its educational policies, so that we can create a strong resistance. Beyond that, in the context of formal education, the families' right to educate their children from values and beliefs that generate inhumane situations in the classroom is also problematized.

Keywords: *Totalitarian Evil. Art Teaching. Gender. Resistance. Bolsonaro.*

RESUMEN:

Este artículo tiene como objetivo analizar tres producciones académicas, financiadas por el gobierno de Bolsonaro, que buscan producir violencia institucional contra disidentes sexuales y estudiantes desobedientes de género, así como cercenar la libertad de enseñanza de los profesores y las profesoras de arte en lo referente al género, la sexualidad, la raza, la naturaleza y clase social. Se concluyó que, frente al mal totalitario, es necesario comprender cómo la extrema derecha ha articulado sus políticas educativas, para crear un frente de resistencia cada vez más fuerte. Además, también se cuestiona el derecho de las familias a educar a sus hijos e hijas con base en valores y creencias que generan situaciones inhumanas en el aula de clase, en el contexto de la educación formal.

Palabras clave: *Mal totalitario. Educación artística. Género. Resistencia. Bolsonaro.*

Introdução

No momento em que tive acesso ao livro *Por uma infância protegida: enfrentando as diversas formas de violência contra crianças e adolescentes* (BRASIL, 2021), de iniciativa do governo federal, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, percebi que não se tratava de um livro a ser menosprezado por nós, docentes da área de artes da educação básica ou dos cursos de licenciatura das universidades públicas.

O discurso anticiência, resultado do novo irracionalismo, deixou de ser um discurso informal, muitas vezes raivoso, escrito apenas nas redes sociais, e passou a ser um discurso institucional e organizado em formato de artigos acadêmicos com ampla circulação em âmbito nacional. Todos os textos publicados no livro (BRASIL, 2021) são resultantes de palestras que fizeram parte de quatro fóruns nacionais: “Proteção de crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual no contexto de pornografia na internet” (2020); “Letalidade infantojuvenil” (2020); “Drogas na infância e na adolescência” (2020); e “Violência institucional contra crianças e adolescentes” (2021). Além da publicação das palestras, no livro constam textos categorizados como boas práticas, que contribuem para a construção de políticas públicas no tema de cada fórum. Há, ainda, a divulgação de relatórios sistematizados a partir de oficinas realizadas nas cinco regiões do Brasil. Esses relatórios, segundo a publicação, são “resultantes do diálogo, escuta e compartilhamento de experiências e boas práticas ocorridos de forma regionalizada, multidisciplinar e intersetorial” (BRASIL, 2021, p. 73).

Como será exposto, as publicações (BRASIL, 2021) aparentam tratar-se de um saber seguro e confiável, mas validam e apoiam, com uma suposta roupagem acadêmica, a homofobia, a transfobia, o racismo estrutural e a perseguição religiosa de matrizes africanas. Colocam-se, ainda, todas as crianças e os adolescentes dissidentes sexuais e desobedientes de gênero, nas escolas públicas brasileiras, frente à violência institucionalizada, contra quem se é, com o aval do governo Bolsonaro. Também ficará evidente que as chamadas boas práticas são de caráter ideológico conservador. Os textos reafirmam, inclusive, a perseguição política aos grupos progressistas na educação brasileira. Assim, o objetivo deste artigo é analisar os discursos conservadores produzidos academicamente pelo atual governo (2022), que estimulam a violência contra estudantes dissidentes sexuais e desobedientes de gênero, e mostrar, também, como o discurso conservador, institucionalizado pelo Estado¹, atua no cerceamento da liberdade de ensinar do docente em arte, no que diz respeito aos estudos de gênero, sexualidade, raça, natureza e classe social.

Ceticismo científico brasileiro

O ataque às instituições, como a escola e a universidade, tem sido marca do governo Bolsonaro. Uma das autoras do livro supracitado, Inez Augusto Borges² (BRASIL, 2021), inicia a discussão sobre a violência institucional no ambiente escolar dizendo que: “os valores humanos estão sendo violentados e destruídos e tal destruição é aclamada nos círculos acadêmicos, sociais e políticos como filosofia desconstrucionista, pós-moderna e progressista” (BORGES, 2021, p. 348).

O ceticismo científico brasileiro não nasceu apenas por meio de notícias fraudulentas³ ou comentários nas redes sociais. A desconfiança na política brasileira tem sido orquestrada pelo governo Bolsonaro, de maneira nunca antes vista. Trata-se de uma desconfiança criada com roupagem científica. Isto é, através de publicações oficiais, seminários e fóruns espalhados por todo o Brasil, pesquisas estão sendo realizadas e apresentadas por dife-

rentes pesquisadoras e pesquisadores, com formações distintas, como psicologia, medicina, ciências sociais etc., que visam apenas às chamadas boas práticas, de modo que negam a ciência quando ela não está ligada aos valores da extrema direita, no campo político; aos valores conservadores, no campo religioso; e aos projetos neoliberais de privatização do Estado.

Portanto, ao negar a ciência, quando compreendida como progressista, pós-moderna, desconstrucionista, e contestar aquilo que já havia sido comprovado na esfera do conhecimento seguro, a exemplo da importância da vacinação, utilizando-se de ferramentas governamentais e científicas, produz-se não somente um ceticismo científico na população em geral como também criam-se violências institucionalizadas contra pesquisadoras, pesquisadores e docentes que divergem do governo Bolsonaro.

Nessa luta de ter que comprovar o óbvio, que a Terra é redonda, que ideologia de gênero não existe, que a vacinação é importante para a saúde de todos, gera-se desconfiança na população, por meio da desvalorização da ciência como projeto político e da escola como espaço de defesa da dignidade humana. Essa desconfiança chegou nas escolas públicas brasileiras e as alunas e os alunos passaram a questionar tudo aquilo que é ensinado em sala de aula pelo corpo docente. Duvida-se de tudo, não como uma prática filosófica sofista, mas como fruto do novo irracionalismo, de modo a resguardar os valores religiosos, políticos e neoliberais.

Miguel Lago⁴, no podcast *Ilustríssima conversa*⁵, em abril de 2022, argumenta que a linguagem de Bolsonaro, assim como as ações políticas de seu governo no campo da educação, não têm qualquer tipo de limitação ética do ponto de vista da dignidade humana. Isto é, tudo passa a ser possível de ser dito, inclusive contradizer fatos históricos, como afirmar, por exemplo, que o nazismo era de esquerda⁶. Nesse sentido, se Bolsonaro pode dizer qualquer coisa, sem com isso receber qualquer tipo de sanção na esfera jurídica, ele

ganha a permissão para questionar e modificar aquilo que vinha sendo construído como marco civil civilizatório, a exemplo do respeito às diferenças sexuais. Essa permissividade passa a ser dada também a todas e todos que compõem os cargos administrativos e políticos do governo.

Ainda no podcast citado, Heloisa Starling⁷ acrescenta a seguinte reflexão:

No momento em que começa a haver a degradação da sociedade, na ordem da participação efetiva, comunitária, da política brasileira, se instaura um grande problema, afinal, quantos de nós não ouvimos frases do tipo “Político é tudo igual. Nada vai mudar. Rouba, mas faz”.

Essa ausência de participação política, que, segundo Starling, leva à degradação da sociedade, fez com que a população, de modo geral, não fizesse análises profundas sobre aquilo que foi dito pela extrema direita durante o governo Bolsonaro. Voltemos à frase citada acima: “os valores humanos estão sendo violentados e destruídos e tal destruição é aclamada nos círculos acadêmicos, sociais e políticos como filosofia desconstrucionista, pós-moderna e progressista” (BORGES, 2021, p. 348). Essa frase não pode ser lida de maneira superficial, ela precisa ser vista a partir da gravidade que representa. Gravidade que se acentua, pois não se trata de uma opinião escrita em um blog pessoal ou em uma rede social. É a elaboração de um tipo de pensamento que se utiliza da máquina pública, com forte poder de divulgação e circulação nas secretarias de educação e saúde do Brasil.

Ainda de acordo com Heloísa Starling, se nós mantivermos a análise da linguagem bolsonarista apenas na esfera do superficial e não nos atentarmos para a sua gravidade, não perceberemos a articulação que há entre o mal e a política, o que Starling chama de mal totalitário, isto é, “a forma como a linguagem funciona para esgarçar a consciência e borrar as fronteiras entre a realidade e a mentira”⁸.

Se não considerarmos, por exemplo, que é uma mentira grave a afirmação de que “os valores humanos estão sendo violentados e destruídos nos círculos acadêmicos”, corremos o risco de destruímos a consciência social. Para Starling, é justamente essa destruição que criará um vácuo de pensamento, de forma que as fronteiras serão tão opacas que o pensamento crítico deixará de existir e tudo passará a ser opinião – ainda que supostamente referenciada –, ou seja, não haverá mais o conhecimento na esfera da dignidade social.

Por esse motivo, farei uma análise dos pontos falaciosos presentes em três artigos do livro *Por uma infância protegida: enfrentando as diversas formas de violência contra crianças e adolescentes* (BRASIL, 2021), contestando o mal totalitário – aproprio-me das palavras de Starling –, cujo objetivo é a destruição da consciência humana e coletiva nas escolas e universidades públicas brasileiras e, conseqüentemente, a promoção da violência institucional contra as crianças e os adolescentes dissidentes sexuais e desobedientes de gênero. Além disso, busca o cerceamento da liberdade do docente em arte de abordar conteúdos na perspectiva dos estudos de gênero, sexualidade, raça, natureza e classe social.

O desconstrucionismo da ciência

Inez Augusto Borges atribui aos círculos acadêmicos, sociais e políticos progressistas o esvaziamento dos discursos, da lógica, da retórica e das palavras. Em outros termos, para a pesquisadora, se as palavras importam, porque são elas que constroem os discursos e as ideias, os grupos progressistas “visam a destruição ou cancelamento da civilização humana [quando] atacam violentamente a objetividade das evidências, atacando e violentando a objetividade das palavras e dos discursos. Toda violação é uma forma de violência” (BORGES, 2021, p. 349). E complementa: “deve ser lembrado que os dicionários também têm servido ao movimento desconstrucionista e que é necessário o uso de dicionários clássicos para nos socorrer” (BORGES, 2021, p. 349).⁹

Ainda segundo a autora, “a usurpação da história é, assim, uma forma de violência institucional e ideológica e essa violência tem causado muitas outras formas de violência” (BORGES, 2021, p. 358). É claro que concordamos que toda violação é uma forma de violência e que o apagamento dos fatos históricos é uma forma de violência institucional e ideológica. Contudo, o que a pesquisadora nos faz acreditar é que “toda história da civilização ocidental tem sido desconstruída. Toda a história tem sido contada em termos meramente econômicos” (BORGES, 2021, p. 358).

Nesse sentido, ela apresenta os seguintes argumentos, que foram colocados em tópicos para facilitar a contra-argumentação:

- Ensinou-se desde os primeiros anos escolares que pessoas com determinada cor de pele sempre foram opressoras e outras, com outra cor, sempre foram oprimidas.
- É ensinado que toda história pode e deve ser explicada em termos de interesses de classes.
- É dito que os ingleses mudaram as leis, abolindo uma violência institucional, a escravidão, para imporem outra violência, a do capitalismo de consumo.
- As crianças são levadas a crer que a motivação para os movimentos abolicionistas sempre foi [sic] o poder e a economia, e nunca as razões da consciência e fé.
- É ensinado para crianças e jovens que todo o progresso da humanidade, de modo especial no que diz respeito às liberdades e aos direitos humanos, não tem nada a ver com pessoas que enfrentaram a violência, muitas vezes com sacrifício de seu próprio conforto e prestígio pessoal e outras vezes com risco da própria vida, simplesmente por convicção de que era este o seu dever como ser humano.
- Fica claro que esta forma de educação é, em si mesma, outra forma de violência institucionalizada. Jovens e crianças não têm heróis. Tem lhes sido usurpada a possibilidade de se espelharem em homens e mulheres de qualquer raça, cor ou religião, os quais lutaram contra a violência institucional e ideológica por causa do amor à humanidade, por desapego a sua própria

condição social e por lealdade a uma visão de mundo e a um conjunto de princípios mais elevados que considera a dignidade humana como valor inegociável.

– Tem sido negado às crianças e aos jovens o conhecimento de histórias que não se enquadram na definição de sociedade como contínua luta de classes (BORGES, 2021, p.347-360).

De modo resumido, a autora utiliza argumentos que, se lidos de maneira superficial, tendem a criar uma perspectiva de educação que desconsidera o racismo estrutural e as desigualdades provocadas pelo sistema capitalista no Brasil contemporâneo. São as pessoas brancas que detêm o poder político, social e econômico neste país. Não se trata de dizer que toda pessoa branca é opressora, mas de reconhecer os privilégios que a cor branca traz para esse sujeito e que tais privilégios ainda mantêm as estruturas sociais de poder por meio da cor da pele.

É evidente também que a abolição da escravatura não deixou de produzir violências contra as pessoas pretas que não possuem meios de sobrevivência. Ainda hoje é possível ver que moradoras e moradores de rua são pessoas pretas e pardas sem escolaridade e provenientes de zonas periféricas. A violência contra elas continua sendo exercida na medida em que esses corpos são invisíveis para o Estado.

Ainda que possam ter havido pessoas brancas pertencentes à elite da época que decidiram lutar a favor dos movimentos abolicionistas por consciência social e política, foram exceções à regra, pois, se a consciência e a fé fossem premissas para a modificação da consciência humana, a escravidão legalizada não teria durado quase quatrocentos anos no Brasil.

Quanto à ideia de que jovens e crianças não têm heroínas e heróis, isso não é verdade¹⁰. Há muitos meninos, por exemplo, que buscam nos jogadores de futebol um espelho a ser seguido. Contudo, essa forma de idolatria não se baseia apenas na habilidade de saber jogar e conquistar prêmios, mas no fato de esses jovens se verem representados naquele

que venceu, uma vez que os jogadores brasileiros, em sua maioria, são jovens pretos periféricos. Por qual motivo os jovens e as crianças não se inspiram em outros tipos de heroínas e heróis? Pelo simples fato de não se verem representados nas áreas de alto reconhecimento da sociedade, como o curso de medicina¹¹.

Por fim, a negação dos jovens ao conhecimento histórico que não parta da definição de sociedade como contínua luta de classes nada mais é do que perceber que as desigualdades sociais têm marcadores sociais: raça, gênero, sexualidade e classe. É por esse motivo que tais marcadores são fundamentais e inseparáveis para o estudo do conhecimento. Qualquer tentativa de estudar a história sob outro viés é demarcar a posição do homem – branco, cisgênero, rico – como o verdadeiro detentor do poder e das narrativas humanas.

Contra-argumentar os posicionamentos de Inez Augusto Borges, ainda que de maneira bem resumida neste artigo, é importante, uma vez que é fácil que não se perceba que o que ela está propondo é o estudo pelo mérito, o conhecimento histórico para além do racismo, as conquistas sociais para além das lutas de classe etc. Ao colocar esse discurso de maneira organizada em uma publicação de âmbito nacional, produzida pelo governo Bolsonaro, o impacto é muito maior do que seria um texto ou discurso informal nas redes sociais. Trata-se de legitimar discursos que irão nos conduzir à meritocracia e à inexistência do racismo estrutural no Brasil e que, conseqüentemente, afetam o cotidiano das práticas escolares da docência em arte.

“Ideologia: desserviço na educação da criança e do adolescente”

O segundo artigo, resultado do Fórum Nacional sobre Violência Institucional contra Crianças e Adolescentes, escrito por Ana Caroline Campagnolo¹² e David Rossler Amato¹³ (2021), visa apresentar três casos que aconteceram no estado de Santa Catarina e que, segundo

eles, dizem respeito a abuso político-ideológico, intolerância religiosa e erotização de crianças. “Três diferentes formas por meio das quais um professor pode violar tais direitos [direitos humanos] e ofender seus alunos e as famílias de origem de cada estudante” (CAMPAGNOLO; AMATO, 2021, p. 363). Além disso, os autores também se concentram na conceituação da teoria de gênero¹⁴, que, de acordo com eles, está “sendo aplicada à revelia dos interesses da comunidade e das famílias” (CAMPAGNOLO; AMATO, 2021, p. 363).

O texto inicia-se com uma crítica ao governo do PT, em que, na sua época, as instituições ligadas aos direitos humanos “não se referiam a ‘coisas sérias’, mas a delírios de lideranças distantes da realidade da maioria da população vitimada em seus direitos universais” (CAMPAGNOLO; AMATO, 2021, p. 362-363). E continua: “as esperanças se renovaram [alusão ao governo Bolsonaro] quando este ministério [Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos] voltou sua atenção para todos os brasileiros verdadeiramente afetados pela urgência do respeito aos seus direitos” (CAMPAGNOLO; AMATO, 2021, p. 363). Por seres humanos vulneráveis, mencionam-se “as famílias em geral, o cidadão e o pai trabalhador, a mãe atarefada, as crianças em idade escolar, o peculiar e vulnerável adolescente” (CAMPAGNOLO; AMATO, 2021, p. 363). Ficaram fora dessa lista pessoas dissidentes sexuais, desobedientes de gênero, moradores de rua, indígenas, trabalhadoras e trabalhadores sexuais e outras minorias que, como é sabido, não são dignas de direitos humanos para os bolsonaristas.

O primeiro estudo de caso apresentado por Campagnolo e Amato (2021) foi um vídeo, produzido em outubro de 2018, em que uma professora foi gravada criticando aqueles que iriam votar no candidato Bolsonaro à eleição presidencial. O segundo, de uma aula de educação sexual em que a mãe de uma estudante denunciou a professora de ciências que ensinou aos estudantes, de cerca de doze anos de idade, como ocorre o processo de gravidez, a importância da camisinha etc. De acordo com a mãe, tais ensinamentos eram contrários à crença religiosa da família. “Esses abusos também podem acontecer motivados

por intolerância religiosa, quando o professor age com flagrante desrespeito às crenças e convicções apresentadas pelo aluno a partir da formação moral constituída em sua vivência familiar” (CAMPAGNOLO; AMATO, 2021, p. 372). O terceiro caso diz respeito à crítica direcionada à teoria de gênero, a partir da fala da Ministra Damares Alves, ao afirmar que “meninas vestem rosa e meninos vestem azul”. Segundo os autores, “a chamada ‘ideologia de gênero’ reinterpreta a história sob uma perspectiva neomarxista, em que a mulher se identifica com a classe oprimida e o homem com a opressora [...]” (CAMPAGNOLO; AMATO, 2021, p. 375). E acrescentam que “o novo feminismo quer eliminar a família biológica” (CAMPAGNOLO; AMATO, 2021, p. 376).

A preocupação dos autores nunca foi com o conteúdo em sala de aula, mas com as críticas ao governo Bolsonaro e às suas ideologias. Há uma perseguição política aos professores de esquerda, com uma suposta preocupação em relação aos conteúdos. Se a docente estivesse defendendo o governo Bolsonaro, não haveria nenhum problema de caráter político-ideológico na prática docente. Ou, ainda, se a docente estivesse a favor da igreja cristã, contra o aborto e o casamento gay, tampouco seria alvo de crítica dos que defendem a estrita transmissão de conteúdo.

Repetidas vezes já foram apresentados argumentos que justificam a importância da educação sexual nas escolas, como a gravidez precoce, doenças sexualmente transmissíveis, abuso sexual e, ainda, a relevância de se mostrar o espectro da sexualidade, uma vez que isso evita que a criança e o adolescente se percebam como errada e errado caso sua sexualidade fuja à esfera da cisheterossexualidade. Isso também evita o bullying nas escolas, já que a sexualidade passa a não ser tabu e é priorizado o acolhimento à diferença. Entretanto, a extrema direita não quer nos escutar, prefere dizer que falar de gênero nas escolas é erotização das crianças. Prefere, ainda, definir nossas práticas escolares como “ideologia de gênero”, uma vez que isso auxilia na manutenção dos papéis sociais em um regime de poder governado por homens, brancos, heterossexuais e cisgêneros.

Como um conservador acha que devemos ensinar

O terceiro artigo a ser criticado (MOREIRA, 2021) tem um peso político e educacional maior, não somente pela formação de seu autor, mas por ele construir um argumento, com base na Constituição Federal e nos tratados internacionais de direitos humanos, que leva ao cerceamento da liberdade de ensinar. Tal cerceamento acarretará, ou já acarreta, o silenciamento de docentes em artes diante de temas importantes como gênero, sexualidade, raça, natureza e classe social.

Em seu artigo, Alexandre Moreira¹⁵ constrói um discurso que visa à desvalorização da educação básica, a fim de mostrar a nossa incapacidade de ensinar bem crianças e adolescentes. Esse discurso é tangenciado por valores conservadores da extrema direita. O inimigo já não é mais o medo da violência nos espaços escolares públicos e da marginalidade, o inimigo passou a ser, como já sabemos, a “ideologia de gênero” em sala de aula, que pode ocorrer tanto na esfera pública quanto privada.

O texto de Moreira apresenta um ponto com o qual concordo plenamente: a “doutrinação vai contra os interesses de autonomia da criança e adolescente” (MOREIRA, 2021, p. 394). A autonomia é vista como “um modo de conquista da criança e do adolescente para determinado modo de pensar e de ver a vida” (MOREIRA, 2021, p. 394). O argumento apresentado que, a princípio, parece ser interessante, não o é, uma vez que o autor não considera a família capaz também de doutrinar e ser responsável por inúmeras violências físicas e psicológicas contra as crianças e os adolescentes.

Quando uma família conservadora, por exemplo, não aceita sua filha ou seu filho dissidente sexual ou desobediente de gênero, comete uma série de violências contra esse corpo, de tal modo que a autonomia poderá ser conquistada somente quando essa criança ou esse adolescente conseguir se emancipar dos regimes de opressão gerados pelo seu núcleo familiar. A família não é um lugar, necessariamente, e sob todas as circunstâncias, sagrado

e intocável. Se assim o fosse, não veríamos casos de pais e mães que assassinam suas filhas e seus filhos. A família não está isenta de cometer crimes e violências físicas e psicológicas contra suas crianças e seus adolescentes.

Não se pode mais aceitar os valores conservadores nas escolas públicas sob a premissa da liberdade de expressão e da crença religiosa. Nenhuma família poderia ter o direito de defender valores, em seu núcleo familiar, que sejam contra os direitos humanos. Isto é, o exercício da liberdade individual não pode se sobrepor à dignidade da pessoa humana. Assim, precisamos parar de aceitar que as famílias conservadoras possam ser preconceituosas em relação a gênero, raça, sexualidade e classe social. Por um momento, nós docentes normalizamos o direito das famílias de educarem seus filhos e suas filhas com base no respeito aos seus valores e às suas crenças pessoais. Contudo, isso está gerando uma situação desumana em sala de aula. Se proteger os valores da família conservadora é fingir que o racismo estrutural não existe, que o patriarcado não figura como um dos piores regimes de opressão e que nós não somos regidos pelo sistema cisheteronormativo, talvez seja o caso de não validarmos tais valores conservadores na escola.

Temos acompanhado alguns discursos, após o primeiro turno das eleições, de que a esquerda deveria se aproximar mais das igrejas evangélicas, visto que elas são o reduto de mulheres pobres que vão em busca de segurança para seus filhos e suas filhas. Particularmente, não acredito que a esquerda tenha que entrar em diálogo com as igrejas, ainda mais pensando em um estado laico. Há um discurso muito romantizado sobre o papel das igrejas na sociedade. O que se vê, principalmente nas igrejas evangélicas vinculadas à extrema direita, é a utilização do povo para enriquecimento e manutenção das estruturas de poder.

O diálogo com as mulheres pobres e evangélicas que votam na extrema direita precisa ocorrer via emancipação, em todos os sentidos: religioso, político, intelectual e social. A solução é o diálogo via educação. Hoje, por exemplo, qualquer diálogo com a igreja é abrir

mão dos direitos humanos dos dissidentes sexuais e desobedientes de gênero. Assim, o diálogo com os pastores e padres conservadores pressupõe o apagamento das nossas vidas. Qualquer tentativa de dialogar, nesse contexto, será abdicando de conquistas na esfera humana. Há que se lutar, cada vez mais, para a separação do Estado em relação às igrejas¹⁶.

Ainda sobre o diálogo com as famílias conservadoras, muitos de nós, professoras e professores de arte, estamos com dificuldade, por exemplo, de trabalhar a cultura afro-brasileira, mesmo sabendo da obrigatoriedade do estudo das histórias e das culturas afro-brasileira e indígena¹⁷ nas escolas. Ao introduzir qualquer temática sobre religiosidades não cristãs, principalmente as de matrizes africanas, é necessário fazer um preâmbulo para não entrar em atrito com os valores tradicionais das famílias evangélicas.

Uma pesquisa realizada por Sillas Fiorotti (2019), analisando dados de 2004 a 2018, mostrou que “quem mais sofre com a intolerância religiosa nas escolas são pessoas adeptas das religiões afro-brasileiras e negras, e quem mais comete os atos de intolerância religiosa são pessoas evangélicas” (FIOROTTI, 2019, p. 213).

Ainda sobre a autonomia, Moreira argumenta algo com o qual concordo:

Há um princípio fundamental da educação que já é reconhecido nos principais tratados internacionais de direitos humanos. É o princípio fundamental da primazia dos interesses dos educandos. Significa que o educando – o aluno ou estudante – tem o interesse em se desenvolver e se envolver de uma forma autônoma para que ele, livremente, faça suas próprias escolhas. O Estado tem seus interesses na educação; partidos e ideologias têm seu interesse na educação de transmitir as suas convicções partidárias, ideológicas; os pais têm interesse na educação para transmitir sua cultura e suas crenças; mas, o mais importante de todos é o interesse da própria criança e adolescente. Esse é primordial, está acima de todos os outros: a primazia dos interesses do educando. Neste aspecto, a educação vai servir para a autonomia e a liberdade do educando, formando adultos livres, capazes de agir de acordo com suas escolhas próprias (MOREIRA, 2021, p. 393).

Será de fato que o autor está preocupado com a autonomia e a liberdade das estudantes e dos estudantes? O interesse maior, como se verá, está na preservação e no respeito às concepções morais da família, de modo que ele afirma que:

Só há uma maneira da escola respeitar as concepções morais de todos os pais: simplesmente adotar uma posição neutra, imparcial e objetiva sobre as questões controversas da nossa sociedade. Se algo é socialmente controverso, se de família a família há visões diferentes sobre determinado assunto, não é papel da escola prestigiar ou contrariar determinado ponto de vista. Isso se reporta aos mais variados assuntos, como veganismo ou aborto.

É um erro rudimentar achar que, em primeiro lugar, é possível adotar uma posição neutra e imparcial diante das questões controversas da nossa sociedade. Em segundo lugar, a arte e seu ensino devem justamente buscar analisar a sociedade e seus movimentos artísticos a partir de questões controversas que emergem dela. Não há mais sentido, se quisermos uma educação emancipadora, em nos mantermos isentos diante das injustiças sociais. Se o ensino de arte “contribui para o desenvolvimento da autonomia criativa e expressiva dos estudantes” e também “proporciona a ampliação do conhecimento do sujeito relacionado a si, ao outro e ao mundo”, conforme aponta a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) do Ensino Médio (BRASIL, 2018, p. 474), como fazer isso de uma posição neutra diante de fatos controversos?

O que está em destaque é o nosso silenciamento sob a justificativa de que falar sobre questões controversas é transformar a sala de aula em palanque político. Segundo Moreira (2021), “a sala de aula não é o lugar para um palanque político, seja de direita ou de esquerda”. E complementa que: “a sala de aula pode ser um local para o desenvolvimento do pensamento crítico dos alunos, mas não pode ser o local para a propaganda ou divulgação de determinada posição política” (MOREIRA, 2021, p. 396-397).

É claro que nós, professores e professoras de arte, conhecemos a legislação eleitoral e sabemos do limite ético e intelectual da nossa profissão. Contudo, há uma enorme diferença entre ter uma posição partidária e ter uma posição política diante das questões controversas da vida e suas injustiças sociais. A posição política expressa-se no exercício dos direitos sociais e individuais, da liberdade, da segurança, do bem-estar, do desenvolvimento, da igualdade e da justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, princípios presentes nas primeiras linhas da Constituição Federal de 1988.

Outro ponto crítico do texto de Moreira (2021) é o fato de ele tentar fazer uma diferenciação entre a liberdade de ensinar e a liberdade de expressão:

A liberdade de expressão significa, literalmente, falar o que se bem entender. É a liberdade total para exprimir os seus pensamentos. Será que o professor tem mesmo liberdade de expressão em sala de aula? A sua liberdade de expressão, de falar deve corresponder à liberdade de ouvir da outra pessoa. E os alunos não têm liberdade de ouvir, pois são audiência cativa. Os alunos na sala de aula não têm opção; eles, necessariamente, ouvirão. Em outros termos, a liberdade de ensinar diz respeito ao conteúdo com que aquele professor se comprometeu e o modo de transmitir esse conteúdo (MOREIRA, 2021, p. 397).

É um erro achar que liberdade de expressão significa poder falar o que se bem entende. Não. Ninguém pode, sob a justificativa de tal liberdade, causar mal ao outro. Isto é, ninguém pode dizer algo que ofenda ou cause violência no que diz respeito a raça, gênero, sexualidade, classe social etc. Já a justificativa de que estudantes são audiência cativa e que, portanto, não possuem a liberdade de ouvir, uma vez que eles necessariamente ouvirão, é uma das maiores deturpações sobre o papel da professora e do professor em sala de aula. É inverter completamente o sentido e a importância do docente em sala aula.

É apenas em regimes ditatoriais que há essa relação de obrigação da escuta; em processos democráticos, a educação pressupõe, impreterivelmente, o diálogo. Essa é a premissa básica da educação. Ouve-se a professora ou o professor não pela obrigação, até porque,

quando não nos interessamos por um determinado assunto, podemos facilmente distrair a nossa mente e não prestar atenção ao que está sendo dito. Escuta-se pela troca, pelo respeito, pela vontade de aprender.

Sobre a liberdade de ensinar estar restrita ao conteúdo que a professora ou o professor comprometeu-se e o modo de transmitir esse conteúdo, há outro erro de entendimento das bases legais e dos currículos educacionais. O que nós, docentes de arte, precisamos seguir são as competências e as habilidades específicas estabelecidas pelos currículos referência de cada estado, que estão de acordo com a BNCC do Ensino Médio. Não há conteúdos específicos a serem ensinados. É a partir das competências e habilidades específicas e da formação que podemos escolher os conteúdos a serem ensinados, que irão contemplar tais competências e habilidades específicas.

Moreira (2021) ainda complementa que:

Não pode haver no processo educacional nenhum procedimento, nenhum ato que seja antiético; o professor em sala de aula é limitado pela sua matéria, pelo seu currículo, pelo planejamento da escola, e por obrigações éticas. Isso significa que o professor precisa necessariamente ser imparcial. É lícito tratar de assuntos controversos em sala, mas não se pode tentar influenciar os alunos a tomar uma ou outra posição. Existem maneiras já testadas internacionalmente de estimular o pensamento crítico sem influenciar os alunos. Uma das maneiras que o professor doutrinador faz de forma muito natural é dizer que sobre determinado assunto existe unanimidade, existe um consenso. Quando na verdade, em quase tudo o que o ser humano faz, não existe consenso nem unanimidade. Por essa razão, o professor deve tratar o aluno com imparcialidade e com boa fé. O professor não está autorizado a falsear a realidade, a falar de fatos que não existem, de deturpar fatos existentes. O professor exerce sua função educacional de transmitir a cultura para os alunos. Ele não pode, sob o pretexto de educar, transmitir falsidades ou meras opiniões pessoais, independentemente de posições ideológicas. Quanto mais jovem o aluno, maior é a influência do professor e mais cuidado deve ter em sua missão de educar. O professor educa não apenas transmitindo o conhecimento, mas também por meio das suas atitudes. O professor é um adulto de referência para os seus alunos e tudo o que ele faz poderá, e no final das contas será, de alguma forma, copiado pelos alunos (MOREIRA, 2021, p. 397-398).

O autor diz que “existem maneiras já testadas internacionalmente de estimular o pensamento crítico sem influenciar os alunos”, porém não apresenta nenhum dado sobre isso. Cria-se um discurso mentiroso com base em supostas pesquisas internacionais, o que seria, isso sim, “falar de fatos que não existem, de deturpar fatos existentes”.

Todo docente em arte emitirá sua opinião sobre um determinado assunto ou conteúdo, principalmente no tocante a temas controversos do mundo contemporâneo. Há que se eliminar a ideia de que devemos buscar a imparcialidade diante dos conteúdos e do ensino de arte. É preciso assumir opiniões humanas e democráticas relativas a gênero, sexo e classe social, diante das escolhas metodológicas e dos conteúdos a serem trabalhados em sala de aula. Precisamos retomar essa premissa como uma condição *imprescindível* para o ensino de arte emancipador. É necessário também voltar a explicar o óbvio: estudantes não são tábula rasa sobre a qual os conteúdos são inseridos, como máquinas. Estudantes, independentemente da idade, são dotados de total capacidade de se colocarem diante das aulas de arte de maneira crítica, principalmente se a base metodológica desse ensino for o diálogo.

Moreira diz, ainda, que:

[...] Hoje, todo esse debate a respeito de doutrinação se tornou extremamente passional e muito pouco objetivo. Não está em questão um conflito entre direita e esquerda, mas sim, entre pais e professores, pais e escola. A integridade psíquica da criança, principalmente nos seus primeiros anos, está em receber uma educação moral e religiosa sólida, coerente e íntegra. Só assim ela terá maturidade e capacidade para, nos anos vindouros, questionar a educação que recebeu e, se for o caso, até rejeitar essa educação (MOREIRA, 2021, p. 398).

Novamente, o que se apresenta não é uma educação moral com base nos princípios constitucionais e no respeito à dignidade da pessoa humana. Apresenta-se a construção de uma educação moral conservadora que reproduz preconceitos de toda espécie e que mantém todas as estruturas de poder dominante na esfera do patriarcado, do racismo e das políticas neoliberais.

Trata-se, sim, de um conflito entre a extrema direita e a esquerda na questão da doutrinação nas escolas. É um equívoco achar que isso não diz respeito aos conflitos internos de uma escola.

A escola tem como base princípios legais e valores que são expressamente colocados em seus projetos político-pedagógicos. Assim, se uma escola pública tiver, em sua maioria, docentes vinculados à extrema direita e se houver o aval do governo federal, todos esses projetos serão escritos nas esferas dos valores morais e conservadores, nos campos político e religioso. Desse modo, o que se pretende é garantir, desde a mais tenra infância, formar as crianças na esfera do conservadorismo nas escolas, já que ainda não foi aprovado no Congresso Nacional o projeto de *homeschooling*. Assim, quanto maior o grau de inserção dessa criança nos regimes conservadores, mais difícil será sua rejeição a esse tipo de educação no futuro.

Por fim, Moreira conclui dizendo que:

Há uma missão muito importante para todas as escolas, professores e pais, que é dividida em duas etapas. A primeira etapa consiste na educação para o compromisso com uma religião, com uma visão de mundo, com valores morais. Os pais têm obrigação de fazer isso e a escola, os professores, têm obrigação de respeitar. A segunda etapa se inicia a partir do momento em que a criança tem uma identidade cultural, em que ela sente que faz parte de uma comunidade. Principalmente nos anos de adolescência, fornecendo instrumentos de raciocínio crítico, de análise lógica das situações, de informações de cultura geral, para que o adolescente possa avaliar de modo crítico a cultura, a religião e a moral que recebeu. Só assim é possível formar adultos íntegros, sadios e felizes (MOREIRA, 2021, p. 398).

Desta forma, nota-se o verdadeiro objetivo do texto, que resume nas considerações finais. Objetiva-se, com a publicação de livros como *Por uma infância protegida: enfrentando as diversas formas de violência contra crianças e adolescentes* (BRASIL, 2021), assegurar que a educação formal tenha um compromisso com a religião e com os valores morais conservadores dos grupos que detêm o poder na política atual. A nossa obrigação, como docentes

em arte, é justamente lutar contra isso. Por formação de adultos íntegros, sadios e felizes, entende-se o julgamento moral de todos os dissidentes sexuais e desobedientes de gênero, pois, ainda que sejam felizes, na esfera do conservadorismo religioso essas pessoas sempre serão consideradas doentes e degeneradas.

pós:

REFERÊNCIAS

- BORGES, Inez Augusto. Considerações históricas sobre a violência institucional contra crianças e adolescentes. *In*: BRASIL. Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Fórum Nacional para Proteção de Crianças e Adolescentes. **Por uma infância protegida**: enfrentando as diversas formas de violência contra crianças e adolescentes. Brasília: Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente/Atuação Global, 2021. p. 347-360.
- BRASIL. Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Fórum Nacional para Proteção de Crianças e Adolescentes. **Por uma infância protegida**: enfrentando as diversas formas de violência contra crianças e adolescentes. Brasília: Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente/Atuação Global, 2021.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: Ensino Médio. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018.
- BUCCI, Eugênio. **Existe democracia sem verdade factual?** Barueri: Estação das Letras e Cores, 2019.
- CAMPAGNOLO, Ana Caroline; AMATO, David Rossler. Ideologia: desserviço na educação da criança e adolescente. *In*: BRASIL. Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Fórum Nacional para Proteção de Crianças e Adolescentes. **Por uma infância protegida**: enfrentando as diversas formas de violência contra crianças e adolescentes. Brasília, : Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente/Atuação Global, 2021. p. 361-390.
- FIOROTTI, Silas. Intolerância religiosa dos evangélicos na educação básica: breve análise de alguns casos. **INTERRITÓRIOS**, v. 5, p. 213-231, 2019.
- MOREIRA, Alexandre Magno Fernandes. A ideologia em sala de aula na perspectiva dos tratados internacionais de direitos humanos. *In*: BRASIL. Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Fórum Nacional para Proteção de Crianças e Adolescentes. **Por uma infância protegida**: enfrentando as diversas formas de violência contra crianças e adolescentes. Brasília: Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente/Atuação Global, 2021. p.391-398.
- SCHEFFER, M. *et al.*, **Demografia médica no Brasil 2020**. São Paulo: FMUSP/CFM, 2020.

NOTAS

1 Embora haja esperanças com a vitória do presidente-eleito Luiz Inácio Lula da Silva, em nome da democracia e da dignidade humana, e que haja a consequente reformulação de todos os ministérios do governo Bolsonaro, é preciso atentar-se que o bolsonarismo já é um fenômeno que está para além da figura do atual presidente. A ministra Damares, que organizou a coletânea a ser analisada, venceu com expressiva votação a eleição para senadora. Assim, estaremos, nos próximos quatro anos, diante do maior número de congressistas, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, da extrema direita que este país já elegeu.

2 Assessora especial do gabinete do Ministério da Educação. Psicóloga, mestre em Educação Cristã, doutora em Ciências da Religião.

3 Eugênio Bucci (2019) propõe traduzir *fake news* como notícias fraudulentas, pois não se trata mais da propagação de notícias falsas, mas de manipular e enganar quem as lê.

4 Diretor executivo do Instituto de Estudos para Políticas de Saúde e professor na Universidade de Columbia, em Nova York, e na Sciences Po Paris.

5 Episódio intitulado “Heloisa Starling e Miguel Lago: Eleição 2022 será a mais decisiva da história”. Disponível em: Podcast Ilustríssima Conversa. 23 de abril de 2022. Duração: 50 minutos.

6 No Centro Mundial de Memória do Holocausto, no dia 2 de abril de 2019, o presidente disse que o nazismo era de esquerda. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/04/02/bolsonaro-diz-nao-haver-duvida-de-que-nazismo-era-de-esquerda.ghtml>. Acesso em: 9 maio 2022.

7 Heloisa Starling é historiadora, cientista política e professora titular-livre da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

8 Frase dita por Heloisa Starling durante o episódio: “Heloisa Starling e Miguel Lago: Eleição 2022 será a mais decisiva da história”. Disponível em: Podcast Ilustríssima Conversa. 23 de abril de 2022. Duração: 50 minutos.

9 A autora faz a crítica, mas só utiliza dicionários on-line, não os clássicos, como proposto por ela, para a definição de conceitos na construção do seu artigo.

10 É importante também questionar se a noção de herói, como salvador da pátria, não é uma perspectiva neoliberal, isto é, tira-se do Estado a responsabilidade de prover o bem-estar social, no sentido de salvação de seu povo, e terceiriza-se – algo que os neoliberais adoram – tal responsabilidade para os heróis. Fala-se de heróis mesmo, no masculino. A noção de heroína não faz parte do vocabulário da política conservadora, que coloca a mulher como subserviente ao homem.

11 De acordo com estudo realizado pela Universidade de São Paulo (USP) sobre a demografia médica no ano de 2022, “dentre os concluintes de medicina em 2019, 67,1% se autodeclararam da cor ou raça branca; 24,3% se declararam pardos, enquanto 3,4% se autodeclararam da cor ou raça preta. Os demais se declararam de cor ou raça amarela (2,5%) e indígena (0,3%), além de 2,4% que não quiseram declarar” (SCHEFFER *et al.*, 2020, p. 112).

12 “Deputada Estadual em Santa Catarina, eleita em 2018 com mais de 314 mil votos. Graduada em História e pós-graduada em Literatura Portuguesa. Professora nas redes pública e privada de ensino desde 2009” (CAMPAGNOLO; AMATO, 2021, p. 361).

13 “Graduando em Segurança Pública, é articulista de portais como o Mídia sem Máscara. Dedicar-se ao estudo e à aplicação da metapolítica, trabalhando como consultor parlamentar em assuntos relativos” (CAMPAGNOLO; AMATO, 2021, p. 361).

14 Meu objetivo não será contestar o estudo realizado por Campagnolo e Amato (2021) sobre “o conceito de teoria de gênero”, pois acredito que seria necessário escrever outro artigo sobre o tema. Entender como os conservadores têm se apropriado e deturpado os estudos de gênero e a Teoria Queer pode ser importante para criarmos estratégias de resistência em nossas práticas em sala de aula. Contudo, meu foco de análise será nos estudos de caso apresentados pelos autores.

15 Alexandre Moreira é “Procurador do Banco Central, advogado e jurista. Graduado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais, Pós-Graduado em Direito Penal e Processo Penal pela Universidade Estácio de Sá e Mestre em Direito pela Vanderbilt University. Professor de Direito Educacional na Escola Superior de Advocacia (OAB/DF) e Presidente da Comissão de Ética do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, foi Secretário Nacional de Proteção Global, diretor jurídico da Associação Nacional de Educação Domiciliar e membro do *board* da Global Homeschool Conference” (MOREIRA, 2021, p. 391).

NOTAS

16 Podemos citar também os inúmeros casos de ódio por parte de bolsonaristas que invadiram as igrejas católicas após o primeiro turno das eleições presidenciais de 2022. Ver: <https://midianinja.org/news/onda-de-odio-bolsonarista-invade-igrejas-catolicas-por-todo-brasil/>. Acesso em: 19 out. 2022.

17 De acordo com a LDB: “§ 2º os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras” (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm#art1. Acesso em: 14 fev. 2023.